

Transcrição da palestra proferida pelo Professor Alberto Ikeda, do Instituto de Artes / Universidade Estadual Paulista, na mesa redonda Metodologias e práticas de Registro da Tradição Oral do Jongo - realizada durante o I Seminário Nacional sobre o patrimônio Imaterial do Jongo, no IX Encontro de Jongueiros, no dia 19 de dezembro de 2004.

Samuel –Passo a palavra então ao professor Alberto Ikeda, professor de música da Universidade Estadual Paulista (UNESP – S. Paulo), especialista em etnomusicologia e cultura popular.

Ikeda – Obrigado, agradeço ao Marcos André e o pessoal da Brasil Mestiço pelo convite para estar aqui, debatendo essa questão que nos interessa sempre, que é a cultura popular, a cultura de tradição oral. Eu só queria lembrar, para quem não me conhece, que sou de São Paulo, como já foi dito, e tenho envolvimento com o estudo das culturas populares desde a década de 70, portanto, já são, pelo menos, 30 anos. De fato sou uma espécie de “dinossauro”¹, mas espero que as minhas idéias ainda possam vicejar e contribuir realmente para alguma reflexão sobre o assunto. (Mas ainda bem que eu não estou sozinho na mesa, porque o meu colega Samuel Araújo – coordenador da mesa - também é mais ou menos da década 70, no envolvimento com a cultura popular. Os outros, parece-me que são um pouco mais jovens). A vantagem de termos um pouco mais de idade, não é que a gente saiba mais que os jovens, mas é que passamos por experiências e já vimos situações distintas desse objeto de interesse que é cultura popular. Eu sou de uma época em que, para a gente conseguir uma gravação de música indígena, de música de grupos negros, tínhamos de fazer um grande esforço. Eu tinha de ir com um gravadorzinho mono, marca *National*, que pesava não sei quantos quilos. No final do dia parecia que já estava pesando “toneladas”, deixando marcas nos ombros. Era o material que a gente dispunha, para “correr atrás”, para conseguir guardar ou registrar um pouquinho dessas músicas e poder estudar, poder refletir. A situação era completamente diferente e oposta da situação atual, em que você vai em qualquer grande magazine e encontra música “do mundo inteiro”, seja do Brasil, dos índios brasileiros, de países da África. A situação é bem diferente. Isso é que me possibilita refletir, de maneira diferenciada, essa questão que estamos tratando. E eu diria que a minha fala é mais no sentido de provocar, mesmo. Eu até peço desculpas às pessoas que já me conhecem há mais de tempo, pois vou insistir em discutir algumas questões que acho fundamental, para não fazermos do Encontro somente um momento de prazer, de alegria, de festa, como aconteceu ontem, com a apresentação [do *jongo* da Fazenda São José], que nos inebriou, nos trouxe uma energia muito gostosa. Então, o que eu quero

mesmo é provocar. Vou retomar as palavras que o professor Samuel já colocou, em relação à Unesco, preocupada com essa questão da chamada *salv guarda*, de *salva* e *guarda* de expressões e tradições orais, de conhecimentos e de usos. Quando pensamos nesse tema que nos foi proposto, sobre *metodologia e prática de registro* dos saberes populares, precisamos pensar exatamente nisso: *Para que a gente registra? Para que o Iphan está fazendo esses inventários? Para que, desde a época de Mário de Andrade, desde o final do século XVIII, faz-se inventário, registro de lendas, de histórias, de músicas, de danças? Para que isso tem servido até hoje?* Se pensarmos do ponto de vista político, já que isto é o saber do povo, o saber popular, para o povo; de um modo geral, esses registros não têm tido muita utilidade, no sentido direto. As documentações têm servido para a academia, para os intelectuais, para os professores, para grupos artísticos que se aproveitam desses saberes. Então, quando falamos em *salv guarda* nesse sentido, de salvar, de guardar, de preservar e valorizar expressões e tradições, nós continuamos com o pensamento viciado que o ocidente, “branco”, produziu e que continuamos duplicando até hoje. Mais do que salvar as expressões em si, é necessário guardar, ter carinho, guardar as pessoas e as comunidades que são portadoras desses saberes. É o mesmo vício do pensamento que valoriza a mulher pela sua beleza apenas. Continuamos com o pensamento do século XIX. Então, é preciso avançar. E, nesse aspecto, quando falamos em *samba, jongo, candomblé, umbanda* e todas essas manifestações que reconhecidamente temos como herança de grupos afro-brasileiros, necessitamos lembrar, obrigatoriamente, que isso está ligado diretamente com o negro, com a população excluída da sociedade brasileira até hoje. A realidade é que essa é a população que sempre foi impedida de participar da construção dos destinos do País. Então temos de lembrar, sim, junto com o *jongo* e com as outras manifestações mencionadas, dos negros, da exclusão social, da pobreza, da falta de oportunidade de acesso à educação e ao trabalho. Devemos lembrar, ao mesmo tempo, da resistência política destes, da teimosia em dizer: “*mesmo que eu não tenha condições, eu vou ser alegre, eu vou rir, eu vou dançar*”. Precisamos lembrar que isso é um processo de luta política e não somente arte e espetáculo, que colocamos no palco, com luzes e refletores, e que serve para produzirmos CDs, para serem vendidos nas lojas, para acesso das pessoas. Gravar CD é importante? Sim, é importante! É lógico que é importante, deve ser feito!?! Sim, compete também ao pesquisador propiciar acesso desse material ao público. [cita a importância das gravações do professor Luís Heitor Corrêa de Azevedo, no CD *Music of Ceará and Minas Gerais*, da *The Library of Congress*, como referência antiga do *coco, rojão, congos, maracatu, catopé, vissungos* etc, e o CD *The Discoteca*

¹ Marcos André, um dos organizadores do Encontro de Jongueiros, na apresentação inicial do palestrante ao público, referiu-se ao mesmo como um “dinossauro” no campo das investigações da cultura popular, pelo longo tempo deste nas investigações.

Collection: Missão de Pesquisas Folclóricas, da mesma série, com gravações de 1938, por iniciativa de Mário de Andrade.]

De fato, quando fazemos um registro-documentação temos uma intenção. Como é que registramos? Quem registra? Para quem se registra? Qual o uso que se vai fazer desse material? Quem vai se beneficiar disso? As comunidades “registradas”, terão, de fato, algum retorno? Esse exemplo aqui, do SESC ter produzido o CD-Livro *Jongo do Quilombo São José* e colocado à disposição da comunidade, é muito bom, importante para os jongueiros. Só que, talvez, não seja suficiente, pois eles terão dificuldades de escoar os CDs. Não é fácil vender 5 mil discos. Então, é claro, tem de haver uma continuidade, depois de feito um CD. Assim, este momento do Encontro de Jongueiros está sendo especial, e por isso parabeno o Marcos e a Luciane [Menezes] que estão organizando o Encontro, porque essa discussão tem de produzir alguns resultados. As mesas de discussão de ontem foram muito interessantes, com pessoas que estão em postos de comando em órgãos governamentais, que têm condições de auxiliar na resolução de problemas de algumas das comunidades. Então, além desse lado mais prazeroso, da festa, da dança, do Encontro de Jongueiros, temos de pensar os problemas efetivos dessas comunidades. Eu já tinha sugerido no VI Encontro de Jongueiros, de Valença (2001), que os organizadores propiciassem às lideranças das comunidades um espaço para discussão, em pequenos grupos, das suas dificuldades ... como é que eles estão dando solução para os seus problemas? Para que isso pudesse ser, de fato, uma troca de experiências, contando com pessoas especializadas (juristas, educadores, antropólogos), que pudessem subsidiar as comunidades. Assim, caminharíamos, de fato, no sentido da transformação da realidade dessas comunidades a partir delas próprias. Então, pensar-se apenas em proteção, de maneira paternal, não vejo que seja um bom caminho.

Devemos, sim, insistir que não podemos tratar as danças e folguedos tradicionais apenas como fato artístico, como espetáculo, pois os grupos acabam concentrando-se na expectativa de se tornarem artistas, de poderem fazer sucesso, de virem para o Rio de Janeiro ou São Paulo, para apresentações artísticas. Eu convivo com isso desde a década de 1970, quando líderes de muitos grupos perguntavam: “Mas, professor, será que o senhor não pode arranjar uma apresentação pra gente lá em São Paulo?”. Mais recentemente: “Será que a gente não consegue uma apresentação no Programa do Ratinho (apresentador de televisão de grande popularidade)]?”. A verdade é que esse procedimento de espetacularizar as manifestações populares tradicionais é bem mais antigo. Lembro que em 1915, no Teatro Municipal de São Paulo, foi feita uma apresentação de *reisado*, *bumba-meu-boi*, *cateretê*, *lundu* e de várias outras manifestações, em que participaram membros da alta elite paulistana, das famílias Prado, Pacheco e Chaves, Mesquita (fundadores do Jornal O Estado de S. Paulo). Então,

entre nós, esse tipo de experiência já é bastante antiga, mas, efetivamente, não tem ocorrido qualquer benefício disso para as comunidades portadoras desses saberes, que recorrentemente são objeto de interesses diversos, de forma reificada.

Então, quando pegamos um texto mais conceitual como o desse próprio Encontro, que diz: "*O jongo é patrimônio cultural do país, presente na região Sudeste, (...). Considerado um dos pais do samba, foi uma das maiores contribuições dos negros para a cultura do Brasil e influenciou a formação da música popular brasileira*", não há dúvida que é afirmação absolutamente verdadeira. Mas, qual o retorno que essas comunidades, que esses grupos que tanto contribuíram para a cultura brasileira têm na sociedade brasileira? Nenhum. Então, da mesma forma que elas têm essa contribuição tão fundamental para o país, tem de haver, de fato, uma mudança conceitual sobre essas práticas. Se pensamos que o *jongo* é apenas uma arte, um espetáculo, e ficarmos somente nessa dimensão, evidentemente estaremos diminuindo realmente o que é o *jongo* dentro da cultura negra. Ele é muito mais que espetáculo. Não pode ser valorizado somente colocando-se em cima de um palco. Também, as comunidades precisam relembrar que elas podem ser valorizadas não só porque sabem o *jongo*, que, eventualmente, pode ter um valor artístico. Precisam lembrar que essa é uma prática que revela a vida comunitária, é a exteriorização de um saber guardado por centenas de anos, de toda ancestralidade dessas comunidades.

Bem, então, a minha provocação é exatamente no sentido de pensar que todos esses registros, que começaram lá pelo final século XVIII, conforme já citei, serviram para a construção dos nacionalismos, para a busca das identidades dos países. Assim fizeram ingleses, franceses, alemães, portugueses, japoneses e outros. No Brasil, evidentemente, não foi diferente. Os primeiros registros-documentários tinham alcance somente para as pessoas mais ilustradas, que tinham o domínio da escrita, que, naturalmente, não era "o povo". Hoje em dia é muito diferente, pois temos o vídeo, o DVD, o CD e outras formas de registro que dão maior acesso dos documentários às pessoas. Isso fez, também, com que, na chamada pós-modernidade, esse tipo de registro acabasse servindo como material de consumo, tornando-se um produto comercial como qualquer outro. (Claro, volto a afirmar, que não se pode negar a importância dos documentários, conforme já comentei antes. Lembro, aqui, da interessante experiência do próprio professor Samuel Araújo: o CD *Cavalo Marinho da Paraíba – Brasil – A Viagem dos Sons*, por ele organizado, lançado em 1998, tem servido para a própria comunidade reaprender as suas músicas, que tinham se perdido nos últimos anos. Tive uma experiência semelhante em São Paulo, com o *samba-lenço* da cidade de Piracicaba, com uma gravação em fita cassete feita na década de 1970.)

Mas a minha provocação é sempre no sentido de dizer, em relação aos registros, aos documentários: *é ótimo, é importante, mas não é suficiente*. E quando a gente vê

um espetáculo tão bonito como o da *Luciane Menezes e Pau da Braúna*, na noite de ontem, com músicas calcadas nas tradições populares, nos ritmos populares, temos de lembrar sempre do nosso compromisso com as comunidades tradicionais. É um compromisso social que não podemos esquecer. Eu não duvido das boas intenções da maioria dos jovens que estão se envolvendo atualmente com as danças e folguedos populares e com os seus registros. Penso que muitos têm bons propósitos, mas, talvez, não tenham clareza suficiente ainda de como trabalhar melhor para que essa aproximação resulte em transformação social efetiva e não apenas em “curtição”, em rapinagem da cultura alheia. Se pensarmos em termos de inclusão social, não de maneira paternal, mas como luta política, creio que poderemos avançar. Muito obrigado!